

QUEM PACTUA E QUEM SE IMPACTA?

ENGENDRAMENTOS ENTRE BRANQUITUDE E SUPREMACIA BRANCA EM CIDA BENTO

BENTO, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148p.

Lançado em 2022 pela Companhia das Letras, *O Pacto da Branquitude*, de Maria Aparecida da Silva Bento, dá proeminência ao conceito que norteia o conjunto do trabalho da autora. Elaborado com base em ampla gama de experiências com pesquisa, mapeamentos, formações, intervenções e outros trabalhos realizados em instituições públicas, privadas e da sociedade civil por todo o Brasil, o livro percorre esse trajeto na construção do conceito que o nomeia, em torno do qual se constrói o enredo da escrita, caminhando da observação das desigualdades na ocupação de cargos e distribuição das hierarquias nas empresas a um paradigma analítico para a compreensão do racismo e dos mecanismos que o sustentam – não somente na dinâmica de trabalho,

mas em todas as esferas da vida social. Por isso, embora o livro se desenvolva fundamentalmente em torno da noção de *pacto da branquitude*, articula uma constelação de conceitos, exemplos e circunstâncias históricas, mais ou menos cotidianos.

Esse aspecto de cotidianidade, que percorre todo o volume e imprime um tom de relato e intimidade – que nos dá a sensação de estar dialogando, como quem toma um café, com a autora – fica manifesto já na introdução, na qual a autora narra que parte de suas indagações quanto ao lugar dos brancos na história do Brasil e no racismo foi incitada na interação com o filho, ouvindo seus incômodos sobre a escola. O relato, aparentemente banal, soa como expediente metalinguístico para revelar quão rotineiro é o racismo

e demonstrar a intimidade da autora com o tema, além de apontar para uma posição social e paradigmática frente ao objeto que analisa: uma mulher negra, bem posicionada no mercado de trabalho e inserida na academia, experienciando o racismo diariamente, atuando em coletividade como ativista e estudiosa das relações raciais.

É desse lugar que a autora interroga a produção intelectual hegemônica: qual a herança da escravização para os brancos? Qual o efeito dessa experiência histórica sobre esses sujeitos? A pergunta só parece ordinária atualmente porque Bento ousou persegui-la quando ela ainda não era vislumbrada nas abordagens sobre a questão no país. Tanto é que Bento dialoga frontalmente com o trabalho de Florestan Fernandes, sobretudo com suas alegações sobre os efeitos socio psíquicos e morais da escravidão para os negros, que ignoravam qualquer formulação sobre os brancos. E quais seriam as consequências da escravidão para essas pessoas? Não teriam os brancos também um legado com o qual se defrontar? Por que, diante de uma produção extensa e cientificamente legitimada sobre o espólio da escravidão para um grupo racial,

havia um silêncio quanto à herança desse processo para outro grupo?

É retorquindo essa omissão, ocultamento e silêncio que Bento estrutura a ideia de pacto de branquitude, cuja conceituação é apresentada no primeiro capítulo, “Pacto Narcísico”, no qual se desvela o mecanismo mais fundamental através do qual operam os processos de discriminação racial. A partir da apropriação do conceito de pacto denegativo, proposto por René Kaes, Bento discorre sobre o pacto narcísico da branquitude: um acordo tácito entre brancos, um contrato subjetivo, latente e não verbalizado, sobre o qual atuam, consciente ou inconscientemente, para que os recursos materiais e simbólicos de nossa sociedade sejam distribuídos exclusivamente entre si, gerando um acúmulo de diferentes capitais dentro desse grupo racial.

Intrigou a autora a contradição de que, mesmo nas empresas que aspiravam ser mais diversas e inclusivas, havia uma manutenção da ocupação dos quadros de gerência exclusivamente por homens brancos. Buscando entender como se formavam esses quadros racialmente tão díspares, examinou que os melhores cargos, oportunidades e benefícios eram

oferecidos exclusivamente a pessoas brancas. Essas escolhas excludentes, justificadas pela meritocracia, operavam a dinâmica das relações de raça e gênero dentro das instituições, de modo que em um país com 56% de população negra (pretos e pardos), os lugares de prestígio são ocupados quase que exclusivamente por homens brancos. Não obstante, essa situação não é denominada como privilégio racial. Ao tratar desse pacto, a autora põe luz sobre os processos e mecanismos que mantêm essa situação verificada e reiterada em organizações de natureza tão diferentes, sustentada por esse acordo silencioso que, embora não verbal, é firmado entre aqueles que compõem o grupo de interesse.

Logo, a análise sobre o pacto da branquitude permite compreender as formas de transmissão do privilégio, evidenciando a operacionalização dos mecanismos de discriminação e as maneiras como são sistematicamente negados e silenciados – um *modus operandi* que atravessa domínios distintos da vida social. No silêncio, escondem-se os atos violentos através dos quais os brancos se constituíram como um grupo hegemônico, e as vantagens adquiridas nesse processo,

transmitidas às novas gerações sob sua pactuação com o não reconhecimento público e a negação dos atos desumanos que levaram a essa condição, premissas para a manutenção do grupo nesse lugar e do pertencimento a ele. Como dispositivo denegativo, o pacto é a anuência a uma aliança que expulsa, reprime, promove esquecimento e desresponsabilização acerca de práticas de expropriação e dos atos de violência cometidos por esse grupo para forjar sua posição dominante e assegurá-la no presente, na medida em que sejam beneficiados por essa herança, constituída de bens materiais e simbólicos, e que ela seja transmitida de geração a geração como se fosse apenas produto do mérito familiar ou pessoal, e não da exploração sistemática do trabalho e da vida impetrada sobre outros grupos raciais.

É justamente ao debater a transmissão geracional dessa herança ambivalente, de dupla dimensão, por portar um acúmulo secular de riquezas e, ao mesmo tempo, o cerne da desumanidade, que Bento remonta à construção da branquitude no ocidente e caminha para o segundo capítulo, “Branquitude e colonização europeia”. Nele, refere os processos globais que fundam a

estrutura social e econômica da qual a branquitude emerge e sob a qual se mantém nas realidades locais, na atualidade, demonstrando, por meio de dados objetivos sobre a expansão colonial, como a branquitude foi se constituindo e se fortalecendo como uma posição de favorecimento.

Para ela, a base ideológica desse processo foi a divisão do mundo entre civilizados e selvagens, que teve como balizador a cor da pele, um processo segundo o qual os europeus brancos seriam o modelo universal, representantes do máximo e último grau da evolução humana, em contraste com os negros de origem africana. Ela se inspira na teorização de Edward Said acerca do “orientalismo” para argumentar como os discursos sobre o “outro”, propalados no encontro colonial, que consideravam distintos povos não brancos como bárbaros, pagãos e primitivos, não foi apenas uma estratégia de categorizar a diferença, mas, sobretudo, uma ferramenta para hierarquizar o próprio grupo como belo, civilizado e desenvolvido. Com essa passagem, a autora elucida que a branquitude se utilizou de um investimento simbólico na noção de diferenciação, cuja essência é a suposição

de superioridade em relação ao outro racializado.

Contudo, a disseminação desses significados não foi uma operação apenas simbólica, mas política, orientada por ações violentas. Isso se deu mediante a expropriação de terras e recursos materiais, atos de repressão, imposição de uma divisão racial do trabalho, sintetizados na escravização, a partir da qual a Europa toda enriqueceu e assegurou vantagens estruturais, até mesmo aos brancos mais pobres das metrópoles. Desse modo, a autora posiciona a colonização europeia no cerne do processo histórico que origina a branquitude. A escravidão, e, por conseguinte, o trabalho realizado pelas pessoas negras escravizadas, foi o elemento que consolidou o capitalismo na Europa e o enriquecimento das elites no Brasil, permitindo que esses diferentes contingentes de pessoas brancas se consolidassem mundialmente como detentores do poder econômico hegemônico, assegurando vantagens aos brancos em escala global.

Esse raciocínio, que consubstancia colonização, o capitalismo e racismo, liga esse capítulo ao terceiro, “Capitalismo racial”, termo tomado

de empréstimo de Cedric Robinson. A questão colocada nesse excerto é compreender a manutenção das hierarquias raciais estabelecidas pela dominação colonial na atualidade, mesmo depois do processo de independência das nações. Recorrendo à ideia de colonialidade para pensar essas continuidades simbólicas e institucionais, Bento trata do apagamento das lutas negras e dos povos originários na historiografia oficial brasileira. Para isso, utiliza-se da noção de “ignorância branca”, de Charles Mills, associada às lutas negras no momento atual, destacando como cenário desse embate a brutalidade presente em um regime político-econômico cuja lógica de exploração do trabalho e expropriação de riquezas é eminentemente racista, reproduzindo, no contrato assalariado, a sistemática do trabalho escravo, pela incorporação histórica da classe à supremacia branca. Esse regime, que tantas vezes emprega massacres para sua reprodução, atua pela aliança entre diferentes setores das elites, as quais estão interligadas justamente pela identificação racial supremacista, que pode ser partilhada mesmo com as classes trabalhadoras e mais pobres.

É se perguntando por que parcelas médias da sociedade se identificam, consciente ou inconscientemente, com um regime antidemocrático, como o encarnado pela supremacia branca, que a autora discute processos de identificação no quarto capítulo, “A personalidade autoritária, masculinidade branca e autoritarismo”. Para adensar essa questão, lança mão de Adorno e seus estudos sobre personalidade autoritária, nos quais, à sombra do genocídio judaico, buscou compreender como pessoas se engajam em governos e discursos totalitários e conservadores. Dois elementos são destacados nesses estudos: uma crença reiterada na universalidade da visão de mundo constituída dentro daquele grupo particular, ou seja, uma centralidade da cosmovisão localmente partilhada –, por ela significada no etnocentrismo; e a divisão “nós *versus* eles”, que desvenda a criação do inimigo comum, ou de bodes expiatórios – frequentemente constituídos por grupos socialmente vulnerabilizados, como pobres e favelados – sobre os quais projetam-se uma constelação de afetos negativos e ressentimentos. Ao depositar os aspectos negativos do próprio grupo no outro, fortalece-se a autoimagem

como intrinsecamente boa e benevolente, um processo contíguo tanto aos massacres, chacinas e ao encarceramento massivo que assolam cidadãos, famílias e comunidades negras e periféricas no Brasil, quanto à impunidade e brandura com que o sistema jurídico-penal trata criminosos de colarinho – e pele – brancos.

Nesse ínterim, a autora menciona Michael Foucault e Achille Mbembe para demonstrar como o racismo se baliza pela biopolítica e se desdobra na necropolítica, norteador o direito de matar e quem deve morrer. No Brasil, o principal alvo desse arranjo são os jovens negros, vítimas do que pode ser compreendido e nomeado como genocídio da população negra, conforme os movimentos negros vêm reivindicando. A passagem evidencia como eles habitam imaginários e lugares sociais diametralmente opostos aos ocupados por homens brancos, cuja branquitude, somada ao machismo, autoriza posturas e condutas autoritárias e violentas, frequentemente capturadas por líderes populistas e antidemocráticos – e, então, manobradas para espectros políticos identificados pelo nacionalismo, militarismo e pelo supremacismo branco.

A transição do colonialismo à personalidade autoritária revela os intercruzamentos entre supremacia branca e branquitude como sistema, ao mesmo tempo, econômico e ideológico, engendrado por processos de identificação, mostrando a articulação entre as dimensões político-materiais e simbólico-subjetivas das formas sociais. Diante disso, ela apresenta a branquitude como categoria conceitual, analítica e política própria de uma agenda de estudos no quinto capítulo, “O campo de estudos da branquitude”. Para tanto, apresenta o percurso de distintas abordagens entre os Estados Unidos e o Brasil, e uma divisão em três ondas, adotada em outras produções. Escapando a um erro comum, Bento destaca *Black Reconstruction in America*, de Du Bois, como um arauto da primeira leva, de estudos sobre a branquitude. Seu pensamento apresenta o entrelaçamento entre raça, classe e status ao evidenciar como a adesão à branquitude pela filiação à categoria racial “branca”, e pela aceitação do racismo por parte da classe trabalhadora de imigrantes do leste e sul da Europa (até então, considerados não brancos), foi uma forma de se apropriar de benefícios da classe

dominante e se diferenciar dos ex-es-cravizados, recém-libertos. A este lugar de prestígio, que permitia a esses trabalhadores, mesmo em condições análogas à dos negros, associarem-se aos brancos pela partilha do status da branquitude, a partir do qual aces-savam determinados lugares públicos ou o direito a voto, Du Bois chamou “salário público e psicológico”. Dele, resultavam acessos a melhores cargos, recursos econômicos, sociais e esta-tais, prestígio e outros capitais, mate-riais e simbólicos, que os negros não comungavam.

A segunda leva de estudos, segundo a autora, identifica a bran-quitude como uma propriedade, asso-ciando-a à supremacia branca e ao racismo institucional. Um grande número de trabalhos e autores, de áreas de conhecimento diversas – em sua maioria negros, a exemplo de James Baldwin, Toni Morrison, mas não só, como Peggy McIntosh – deslo-caram suas análises da esfera indivi-dual para as práticas discursivas que tornavam a branquitude um bem, ainda que invisível, nas instituições. A terceira leva, por sua vez, é entendida pela autora como uma reação à cres-cente ocupação, por negras e negros,

de espaços anteriormente destinados exclusivamente a pessoas brancas, o que manifestava ressentimentos, próprios do medo de perder privilé-gios assegurados. É, portanto, marcada pelas disputas entre a demanda por direitos e reparação conclamada pelos negros, e a vitimização dos brancos como atualização e reafir-mação de sua supremacia, formuladas em meio a uma agenda antirracista. A tensão impulsionou a emergência de estudos que compreendiam a branqui-tude como lugar estrutural de poder, portanto, *lócus* de opressão e domi-nação raciais, refutando seu uso como identidade. Parte dos estudos distingue ainda essa leva por inovar nos métodos e objetos para investigação da bran-quitude, por se ocuparem de sua dinâ-mica e reafirmação nas sociedades em que diferentes grupos raciais gozam do mesmo status formal de cidadania (pós-apartheid, pós-direitos civis, pós-imperialistas), e por associá-la a movimentos nacionalistas.

A partir de então, Bento elenca os contornos que o tema ganhou no Brasil, destacando os trabalhos de Ruth Frankenberg, pela importância de demarcar a branquitude como um lugar de privilégio estrutural que

permite nomear o outro exatamente de um lugar no qual se oculta a si próprio; Lourenço Cardoso, pela diferenciação entre branquitude crítica e branquitude acrítica, conceituação a partir da qual distinguem-se brancos supostamente dispostos a denunciar ou combater o racismo e aqueles que gozam passivamente de privilégios, ou reforçam ideias de superioridade, aderindo a grupos supremacistas; Lia Vainer Schucman, por relatar as vicissitudes da constituição e afirmação da branquitude, apreciando-a sob mediação e atravessamentos de diferentes marcadores, como classe social, gênero, profissão, idade e etnia, moduladores da própria branquitude, e alargar a visibilidade do tema, consolidando sua aplicação na psicologia social; Valéria Corossacz, por dilatar a compreensão da afinidade entre branquitude e masculinidade, ao abordar a memória e representações da figura da babá negra para homens brancos da classe média alta carioca; e, por fim, Edith Piza, por esclarecer como visões sobre pobreza são negociadas para assegurar vantagens aos brancos de mesma classe que negros, além de denunciar o discurso sobre igualdade como uma estratégia de encobrimento

e dissimulação do poder branco, na medida em que isso não se verifica no cotidiano da vida social. Além disso, mostra a incongruência na maneira pela qual brancos concebem as comunidades negras, expressa pela sobreposição entre os estigmas atribuídos a esses grupos e um discurso de desconhecimento, invisibilidade e distância absolutos.

No capítulo 6, “Racismo institucional”, no encalço da discussão de outras produções, se sobressai aquela liderada pelos movimentos negros dos Estados Unidos na década de 1960. Preocupados em evidenciar um aspecto subdimensionado do racismo, manifesto nas desigualdades e decorrente das más condições em que viviam as populações negras, membros do movimento negro propuseram o termo “discriminação institucional”. Diferentemente das manifestações individuais e/ou interpessoais desse fenômeno, essa modalidade de discriminação, de caráter rotineiro e contínuo, é marcada por variar entre circunstâncias mais ou menos visíveis ou ocultas. Esse assunto é debatido frente ao trabalho realizado por Bento há mais de trinta anos em instituições, tentando compreender como

essas produzem discriminação e desigualdades. Desse modo, o cerne do capítulo é a demonstração de como regras, normas, procedimentos, formas de contratação, de aferição de competência e ferramentas usadas no cotidiano do trabalho, são empregados de modo a favorecer os brancos como grupo de prestígio, embora se amparem em um discurso falacioso de neutralidade, objetividade e “mérito”, infactíveis em sociedades preconceituosas e racistas.

Na análise proposta, ilustrada por falas chocantes, extraídas de suas pesquisas, esses processos de discriminação institucional merecem ainda mais consideração quando as empresas adotam metas de inclusão ou programas de diversidade, pois a ocupação de pessoas negras em espaços considerados privativos dos brancos resulta em medo da perda dos privilégios e que negras e negros sejam vistos como intrusas ou usurpadoras, sobretudo ao postularem cargos e posições mais prestigiosos. Esse entrave à ascensão do grupo discriminado atesta a “lacuna moral” como um atributo da branquitude, já que a consciência da violência inerente ao privilégio não

muda o posicionamento dos sujeitos que dele se beneficiam.

Esse conjunto de mecanismos e normativas que ocupam de forma silenciosa a base das instituições, que aderem à sua estrutura organizacional, criando quadros raciais monolíticos que reiteram e naturalizam o imaginário dos brancos como superiores e negros como subordinados, caracteriza o racismo institucional. Ele incute um caráter violento às organizações, mesmo prescindindo da manifestação verbal explícita de preconceitos.

Na sequência, Bento dá destaque à “mulheridade” e, sobremaneira, à mulher negra, atribuindo centralidade à ela no debate teórico-crítico sobre o pacto de branquitude, à maneira que sucede na dinâmica das relações de poder. É assim que, no sétimo capítulo, “O caso das mulheres”, a autora disserta sobre a posição das mulheres negras no mercado de trabalho. A empregada doméstica remunerada é evocada como um emblema ou alegoria dos múltiplos eixos de dominação atuantes na sociedade. A autora lembra das atividades de cuidar, limpar e alimentar exercidas atualmente por uma maioria significativa de mulheres negras, que remetem a uma

função social historicamente atribuída às mulheres na escravidão. Nesse sentido, esse enorme contingente, marcado pela raça, baixa escolaridade e origem familiar pobre, ocupando o lugar de “mão da limpeza”, delata o que revela a transmissão transgeracional da desumanização. São exemplos disso o reconhecimento tardio dessa categoria como trabalhadoras com direitos assegurados por regulamentação legal, assim como o fato de, por constituírem um segmento social inerente ao usufruto de privilégios, serem depositárias de manifestações diretas e sem disfarces da branquitude e seu ideário de dominação. Esse nível de exclusão e violência, que produz maiores níveis de desemprego, a menor taxa de empregabilidade e uma representação quase nula em cargos executivos de grandes corporações entre essas mulheres, mostra a importância do feminismo negro e dos trabalhos de Sueli Carneiro, Tereza Cristina N. Araújo, Lucia Helena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro, Luiza Bairros, entre outras, à frente da reivindicação por outras sociabilidades, pautadas pelo bem-viver, e das denúncias sobre o efeito devastador da articulação entre racismo e sexismo no

mercado de trabalho e demais âmbitos da vida.

Exposta à radicalidade dessa conjuntura, Bento apresenta caminhos alternativos em “Enfrentando os desafios: Ceert”, oitavo capítulo. Nele, relata, a partir da trajetória da instituição que criou com parceiros do ativismo, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), modos de enfrentamento do racismo. Afirma que a possibilidade de constituir frentes para isso se relaciona à aura do tempo: ela conta que o fim dos anos 1980 e começo dos 1990 eram tempos de efervescência política, favoráveis à articulação dos movimentos negros, embalados pelos círculos de debate sobre os cem anos da abolição e engajados no clima de grande mobilização estimulado pela constituinte, assim como pela efervescência dos movimentos sociais contemporâneos

A atuação dos movimentos negros naquele momento se orientava pelo combate à ideia de democracia racial, que ganhou mais fôlego depois da III Conferência de Durban, da qual o Brasil foi signatário, reconhecendo o racismo aqui vigente e se comprometendo com a implementação de

políticas públicas e outras medidas para a promoção da equidade racial. Bento cita diversos eventos importantes antes e depois desse marco, como a denúncia do Brasil a OIT, em 1992; a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995; e a utilização do quesito raça-cor nos bancos de dados oficiais, impulsionando a produção de dados e pesquisas que diagnosticassem as desigualdades nas áreas da educação, saúde, moradia, violência e demais setores.

Assim, Bento articula as lutas sociais mais amplas e seus entraves e avanços ao trabalho intenso do Ceert, pautado no diagnóstico das desigualdades, com a potência de registrá-las e propor ferramentas para superá-las a partir da definição de ações e da proposição de mudança nos mecanismos de discriminação, expediente muitas vezes recusado, impedido ou boicotado pela objeção a reparações, próprias da branquitude. Ainda assim, “Projetos de Transformação” vão se disseminando, possivelmente de forma morosa ou pontual, mas constantes, na visão da autora. Por isso, ela assim nomeia o nono capítulo, no qual as experiências de discriminação são pautadas para reforçar os avanços

que instituições vêm apresentando na implementação de debates e projetos de equidade racial, assim como para reforçar a importância deles para a mudança desse cenário, mediante o uso de diagnósticos, estabelecimento de metas e planos de ação – o que só é possível com engajamento e pactuação entre os diferentes níveis hierárquicos e consciência das resistências que necessariamente farão parte deste processo de mudança.

A implementação de cotas ou reserva de vagas para ingresso nos concursos e universidades públicas é citada nesse fragmento como menção ao sucesso e à premência das políticas de ações afirmativas. A produção intelectual procedente à adoção dessas medidas é referenciada por desmentir os mitos acerca delas, sendo o principal deles o de que essas entidades perderiam qualidade com o ingresso de pessoas negras por critério não meritocrático. Bento demonstra que não há diferença entre os alunos cotistas e os demais ao final dos cursos; que não há diferenças no conhecimento adquirido pelos beneficiados por programas de inclusão ao ensino superior e demais universitários ao fim do curso; e que parte dos alunos bolsistas beneficiados

pelos programas do governo tem desempenho superior aos demais, desmantelando os argumentos dos quais a branquitude se utiliza para atacar e desqualificar essas políticas, mantendo assim o monopólio sobre o acesso à educação e aos melhores postos no mercado de trabalho.

Embora a autora preveja, com base na sua experiência, que o avanço dessa ocupação causará resistências, fazendo emergir o que Robin DiAngelo nomeou de “fragilidade branca” – entendida como a reação de pessoas brancas a um estresse racial que consideram intolerável, consubstanciada em respostas defensivas de raiva, medo e culpa, que revelam a dificuldade de pessoas brancas reconhecerem seus privilégios raciais, partilhar com pessoas negras posições similares de liderança e perceberem-se como pessoas racializadas, ou seja, que respondem por seu lugar de raça localizado e não representam uma humanidade universal –, Bento faz a ressalva de que as articulações negras avançam nos âmbitos institucional, político e social.

O décimo capítulo fecha este trabalho com uma ressalva da ressalva. Nomeado “O Momento Presente”,

ele situa a escrita do livro em um momento de polarização política no Brasil e alerta para a escalada da desigualdade, o ataque aos direitos trabalhistas, o desmonte dos sindicatos, o esvaziamento de órgãos públicos de função reguladora e sucateamento de instituições, dispositivos e políticas públicas de seguridade – somados à reforma da previdência e ao congelamento de gastos previstos para os próximos vinte anos. Essa condição, que se materializou nos índices alarmantes de mortalidade na pandemia, evidenciam os pactos de branquitude vigendo na conduta dos líderes e outros representantes da classe política, omissa em relação aos grupos mais atingidos por esse evento – negros e indígenas –, sustentando uma necropolítica norteadada pela manutenção da supremacia branca. A autora retoma os pontos-chave de seu pensamento sobre pacto narcísico da branquitude, ressaltando a propriedade tácita e não verbal do pacto; o seu objetivo de expurgar as violências inerentes à dominação sobre a qual se constitui um sistema de vantagens; o fato de a herança da branquitude se constituir de bens materiais e simbólicos, entendidos como méritos; a compreensão

desses mecanismos como um sistema retroalimentativo para o fortalecimento da supremacia econômica, política e social da qual goza a branquitude; a culpabilização dos negros pela dor que lhes é causada; a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico. No encerramento do livro, a seguinte questão é proposta: o que se pode fazer para destruir esse sistema? E parafraseia os brancos progressistas, convocando-os para a reflexão: “qual é o nosso lugar de brancos e brancas antirracistas?”.

No Epílogo, “Exercitando a mudança – Vidas Negras Importam”, arremata as sinuosidades na argumentação dos três capítulos anteriores para frisar a paciência como atributo necessário aos que pretendem destruir uma estrutura constituída há milênios, já que essa atividade implica um trabalho contínuo de muitos anos e envolve dor; a necessidade de ações públicas e coletivas, que incidam sobre as dimensões estruturais do pacto; a atenção ao fortalecimento da autonomia nesse caminho; e a afirmação da esperança em outro paradigma civilizatório, verdadeiramente democrático.

Uma contradição curiosa colore o livro de Cida Bento. Embora por

diversas vezes reitere uma dimensão inconsciente do pacto, observada em diferentes passagens, a totalidade da leitura torna difícil não acreditar nessa intencionalidade última do pacto, de manutenção do poder e monopólio de bens, valores e propriedades materiais e simbólicas, e que ela não esteja presente mesmo nos atos menos conscientes.

Deve ser ponto de máxima atenção e crítica o fato de o conceito celebrado neste livro ser uma apropriação da psicologia social. Embora Bento não deixe dúvidas de que a branquitude se constrói mediante um conjunto de ações concretas de expropriação e violência, dentro de arranjos político-econômicos, cujos efeitos, mesmo simbólicos, são materiais, e que os afetos mobilizados pelo pacto são decorrências desses processos, leituras menos atentas poderiam acreditar que o que mobilizaria o pacto são sentimentos. A leitura prévia de *Branquitude e branqueamento no Brasil*, um texto irretocável de psicologia social do racismo – obra incontornável para os estudos das relações raciais no Brasil – não deixa margem para confusões. A passagem lá presente, que afirma que a

raça não seria um problema caso fosse apenas uma ideia, se consubstancia no livro de agora. A compreensão do pacto da branquitude sob a lógica da supremacia branca, em articulação ao advento do colonialismo, um refinamento no pensamento de Bento, o alinha às tradições estruturalistas, fortemente presentes nos estudos sobre raça no país, com os quais a autora sempre dialogou.

No paralelo com as outras produções da autora, *Pacto de branquitude* perde, mas avança. Perde no impacto e visceralidade dos discursos que perpetuam a branquitude elucidados no doutorado da autora; ganha na abordagem desses mecanismos em outros setores da vida social. Perde em complexidade e densidade teórica em relação à *Psicologia Social do racismo*, mas certamente ganha, e muito, no alcance que sua escrita didática e elucidativa propõe.

Por fim, é uma produção síntese, compondo uma obra que deve ser difundida e celebrada pela força das particularidades e marcos que a caracterizam. Desse modo, Bento destaca o pacto da branquitude como categoria analítica imprescindível para o exame das relações raciais nos mais

diversos segmentos da pesquisa acadêmica, pela singularidade que imprime aos estudos sobre racismo no Brasil. Mas, principalmente, abriga a potência de difundir essa noção no conjunto da sociedade, na observação das relações cotidianas, dentro ou fora das instituições. Tem-se, assim, um livro fundamental para a compreensão dos mecanismos de discriminação vigentes na sociedade brasileira, das retóricas discursivas em torno dos quais essas ações se manifestam e, por conseguinte, sobre a dinâmica do racismo. Contém ainda a potência de elevar essa autora, capital pela monumentalidade de suas formulações, condensadas neste livro, ao panteão das maiores e mais conhecidas pensadoras no campo das relações raciais no Brasil, lugar que sempre deveria ter ocupado.

Lia Vainer Schucman  

Universidade Federal de Santa Catarina

Mônica Mendes Gonçalves  

Universidade de São Paulo

DOI: 10.9771/aa.v0i70.65678